

# Redação

## Exemplar

**Toda ideia  
vale a pena**



## Tema: A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL E SEUS EFEITOS EM DISCUSSÃO NO BRASIL

**Introdução:** Ainda que tenha sido feita uma boa contextualização, a introdução não trouxe uma tese bem explicitada, deixando o parágrafo muito expositivo.

**Desenvolvimento I:** Neste parágrafo, há problemas relacionados à norma culta.

- Não há crase diante de “esse projeto de lei”;
- O pronome “isto” não é anafórico. Portanto, deveria ter sido empregado o “isso” em “É relevante entender isso,...”
- A palavra “consciente” está escrita de maneira incorreta (“conciente”)
- O conectivo “porém”, já que está deslocado na frase, deveria estar entre vírgulas.

1	Impunidade. Esse é o sentimento que leva grande parte dos brasileiros a defen-
2	der a redução da maioridade penal para 16 anos. O estado de violência no qual estamos
3	inseridos, somado à frequente associação de menores aos atos de violência expostos pela
4	mídia, gera um desejo de vingança, que se consuma com a prisão desses transgressores das
5	regras morais que regem a sociedade. Entretanto, estudiosos e entidades internacionais
6	condenam essa proposta, alegando que não reduz a criminalidade.
7	Em primeiro lugar, é importante considerar os principais pontos levantados por
8	quem é favorável à esse projeto de lei. É relevante entender isto, pois grande parte da
9	população tem se mostrado simpática à proposta. Esse grupo aponta que, em vários países
10	do mundo, a idade para ser julgado como adulto é inferior à do Brasil. Além disso, destaca
11	que, se um jovem de 16 anos é conciente para votar, também o é para responder crimi-
12	nalmente por seus atos, principalmente aqueles cometidos contra a vida. Os defensores da
13	redução porém se esquecem de alguns dados importantes nessa discussão, levantados por
14	quem é contrário ao projeto.
15	Outra coisa é que quem discorda da ideia, então, rebate esses argumentos se ba-
16	seando em estatísticas do CNJ e da Unesco, provando, respectivamente, que o sistema
17	prisional é ineficiente. Destaca-se, também, que o cidadão brasileiro é responsabilizado
18	penalmente a partir dos 12 anos e que aos 16 o voto é facultativo, não sendo critério
19	definidor de “consciência plena”. Apontam, ainda, a tendência de se elevar a maioridade
20	em vários países no mundo, inclusive em alguns pontos dos EUA. Tais dados confirmam a
21	necessidade de manutenção da atual lei e a inconsistência dos argumentos dos favoráveis
22	à mudança.
23	Assim, fica claro que se trata de uma situação muito complexa. É preciso que se
24	transfira o olhar popular de uma análise prática e superficial, que acredita que o proble-
25	ma da violência facilmente se resolve com punições severas, para uma perspectiva mais
26	profunda, disposta a levar em conta os direitos humanos e a realidade socioeconômica do
27	Brasil Somente assim a discussão poderá levar a caminhos que efetivamente se mostrem
28	como soluções.
29	
30	

**Desenvolvimento II:** A expressão “Outra coisa é que...” é coloquial, devendo, portanto, ser evitada. A sigla “CNJ”, por não ser tão conhecida, deve ser explicada. Além disso, o autor cita a fonte, mas não traz os dados que ilustram o argumento.

**Conclusão:** O parágrafo de conclusão, além de não dialogar plenamente com a argumentação, também não traz uma proposta de intervenção objetiva e bem detalhada.



## Tema: A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL E SEUS EFEITOS EM DISCUSSÃO NO BRASIL

### Sugestão de reescrita:

1	Mais uma lição de Pitágoras
2	Impunidade. Esse é o sentimento que leva grande parte dos brasileiros a defender a redução da
3	maioridade penal para 16 anos. O estado de violência no qual estamos inseridos, somado à frequente associação
4	de menores aos atos de violência expostos pela mídia, gera um desejo de vingança, que se consuma com a prisão
5	desses transgressores das regras morais que regem a sociedade. Entretanto, estudiosos e entidades internacionais
6	condenam essa proposta, alegando que não reduz a criminalidade. Devemos, então, analisar os dois extremos para
7	resolver esse impasse e encontrar a melhor forma de mostrar que diminuir a maioridade não é o caminho mais
8	interessante.
9	Em primeiro lugar, é importante considerar os principais pontos levantados por quem é favorável a
10	esse projeto de lei. É relevante entender isso, pois grande parte da população tem se mostrado simpática à
11	proposta. Esse grupo aponta que, em vários países do mundo, a idade para ser julgado como adulto é inferior à
12	do Brasil. Além disso, destaca que, se um jovem de 16 anos é consciente para votar, também o é para responder
13	criminalmente por seus atos, principalmente aqueles cometidos contra a vida. Os defensores da redução, porém,
14	se esquecem de alguns dados importantes nessa discussão, levantados por quem é contrário ao projeto.
15	Quem discorda da ideia, então, rebate esses argumentos se baseando em estatísticas do CNJ (Conselho
16	Nacional de Justiça) e da Unesco, provando, respectivamente, que o sistema prisional é ineficiente – possui índice
17	de reincidência de 70% – e não reduz a violência, pois nenhum país teve queda nas taxas de criminalidade
18	depois de reduzir a maioridade. Além disso, ainda segundo o CNJ, menos de 10% das infrações cometidas
19	por menores são atentados à vida – os mais apontados pelos defensores. Destaca-se, também, que o cidadão
20	brasileiro é responsabilizado penalmente a partir dos 12 anos e que aos 16 o voto é facultativo, não sendo critério
21	definidor de “consciência plena”. Apontam, ainda, a tendência de se elevar a maioridade em vários países no
22	mundo, inclusive em alguns pontos dos EUA. Tais dados confirmam a necessidade de manutenção da atual lei e
23	a inconsistência dos argumentos dos favoráveis à mudança.
24	Torna-se claro, portanto, que a redução não é a solução mais adequada e que, a fim de resolver os
25	problemas e extinguir de vez essa possibilidade, algo precisa ser feito a curto prazo. Quanto à questão emergencial,
26	é importante que as autoridades responsáveis façam valer as medidas presentes no ECA (Estatuto da Criança e do
27	Adolescente), que preveem, inclusive, a privação de liberdade, mas visam à reeducação social desses infratores. A
28	escola também tem papel fundamental na formação de cidadãos que respeitem os valores de sua sociedade. Por
29	isso, o governo deve observar os ensinamentos de Pitágoras e “educar as crianças para que não precisemos punir
30	os adultos”. Assim, poderemos vislumbrar um futuro mais esperançoso e seguro para todos.